

1 **Ata da 1ª Reunião Ordinária do Comitê do Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana (CBH-BPSI) no**
2 **ano de 2026, realizada no dia 25 de março de 2026 (quarta-feira), às 14h,** no formato
3 **presencial,** na Sala de Multimídia do **Prédio do CCH da UENF**, localizada na Av. Alberto
4 Lamego, 2.000 – Parque Califórnia, Campos dos Goytacazes/RJ, com a seguinte **ordem do dia:**
5 **1 - Abertura; 2 – Aprovação da ata da 4ª R. O. do CBH-BPSI do ano de 2025; 3 – Apresentação**
6 **de resultados do convênio intitulado “Plataforma AGente das águas: educação ambiental e**
7 **biomonitoramento participativo para a gestão dos recursos hídricos na bacia hidrográfica**
8 **do Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana - RJ”; 4 – Apresentação de resultados do Programa de**
9 **Educação Ambiental do CBH-BPSI; 5 – Programa Saneamento Rural nos municípios da RH IX;**
10 **6 – Programa mananciais na RH IX; 7 – Ações de mitigação de cheias no norte e noroeste**
11 **fluminense (Sistema de Intervenções estruturais para mitigação dos efeitos de cheias nas**
12 **bacias do rio Pomba e Muriaé – SIEMEC/ANA); 8 – Encerramento. Item 1 – Abertura:**
13 Abertura realizada pelo Diretor Presidente, Zenilson Coutinho (Asflucan) em segunda
14 chamada às 14h30, com doze membros titulares presentes. Integrantes da Agevap presentes:
15 Amaro Neto, Antonio Ednaldo, Camila Moura, Flávia Andretti, Jhulia Constantino, Marina
16 Assis, Monique Soares, Pedro Flávio, Raissa Guedes e Thaís Nacif. **Item 2 - Aprovação da ata**
17 **da 4ª R. O. do CBH-BPSI do ano de 2025:** A ata foi aprovada por unanimidade. **Item 3 –**
18 **Apresentação de resultados do convênio intitulado “Plataforma AGente das águas:**
19 **educação ambiental e biomonitoramento participativo para a gestão dos recursos hídricos**
20 **na bacia hidrográfica do Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana - RJ”:** Os resultados do 1º ciclo
21 do convênio Plataforma Agente das Águas foram apresentados, destacando a preservação
22 ecológica da coleção hídrica de Conceição de Macabu, com exceção do Rio Santa Catarina,
23 que apresentou altos índices bacteriológicos. Luciana Leda (Fiocruz) iniciou apresentação dos
24 resultados da Plataforma executada em diversos pontos no município de Conceição de
25 Macabu e Carapebus. Foram apresentados dados de análise físico-química, ambiental,
26 bacteriológico, biológico e de vazão dos seguintes pontos: Poço do Bambu/Fumaça (Rio
27 Macabu); Recanto da Amorosa (Rio Macabu); Trajano de Moraes (Córrego Vermelho) ; Santo
28 Agostinho (Rio Santa Catarina); Cachoeira da Fumaça (Rio Macabu); Captação (Rio Carucango).
29 Foi feito um agradecimento aos representantes da Fiocruz e às prefeituras que apoiaram o
30 projeto, destacando-se a dificuldade de mobilizar as prefeituras para as ações do Comitê. A
31 equipe da Fiocruz expressou satisfação em apresentar os resultados do primeiro ciclo do
32 programa "Agente das Águas" e anunciou o início de um novo ciclo, com encontros previstos
33 em Bom Jesus do Itabapoana na semana seguinte. Foi estendido um convite a todos os
34 presentes que tivessem a possibilidade de participar das atividades do próximo ciclo. Foi
35 destacado que o programa "Agente das Águas" é participativo e valoriza o conhecimento
36 prévio e o protagonismo dos voluntários, que ajudaram a definir as seis áreas de estudo para
37 a coleta de dados. A equipe da Fiocruz explicou que as análises nos cursos hídricos incluíram
38 a análise físico-química tradicional e a avaliação ambiental visual, usando um protocolo
39 adaptado da Agência de Proteção Ambiental Americana. Que também foram realizadas
40 análises biológicas, com biomonitoramento de macroinvertebrados aquáticos, análises

41 bacteriológicas para detecção de coliformes e medição da vazão do rio (00:21:27). Na primeira
42 coleta no Poço do Bambu (Rio Macabu), os parâmetros físico-químicos (oxigênio, amônia,
43 fosfato, pH, nitrato e temperatura) estavam em conformidade com a legislação do CONAMA.
44 A análise ambiental visual foi considerada ótima, e o biomonitoramento biológico foi
45 excelente, indicando água própria para banho e lazer, mas não para consumo. Em março do
46 mesmo ano, uma réplica da coleta no Poço do Bambu mostrou que os parâmetros físico-
47 químicos continuavam atendendo à legislação e o índice biológico permaneceu excelente,
48 apesar de um período de chuva. O bacteriológico continuou indicando água própria para uso
49 recreativo, mas a análise ambiental visual foi classificada como "bom" em vez de "ótima", e a
50 vazão não pôde ser medida por questões de segurança devido às condições da água. A coleta
51 no Recanto da Amorosa, realizada na mesma data que a primeira no Poço do Bambu,
52 apresentou resultados positivos em todas as análises. Os parâmetros físico-químicos
53 atenderam à legislação, a análise ambiental deu "boa", a análise biológica foi "excelente" e a
54 bacteriológica indicou água "própria" para banho. Resultados da Coleta no Córrego Vermelho
55 (Trajano de Moraes): os parâmetros físico-químicos foram atendidos, com exceção do pH, que
56 foi inconclusivo após várias repetições. A análise ambiental visual foi ótima, a biológica
57 excelente, e a bacteriológica foi própria, embora estivesse próxima do limite para coliformes
58 fecais (720, com 800 sendo o limite para impróprio), indicando a presença de esgoto
59 doméstico. Resultados da Coleta no Rio Santa Catarina (Santo Agostinho): foi o único ponto
60 com análises que divergiram da legislação, apresentando parâmetros físico-químicos
61 adequados e análise biológica excelente, mas com a análise ambiental apenas "boa", quase
62 "regular". A análise bacteriológica indicou que a água era consideravelmente imprópria para
63 balneabilidade, ultrapassando o limite máximo de 3.000 unidades formadoras de coliforme,
64 tanto para coliforme fecal quanto para coliforme total. A replicação da coleta no Rio Santa
65 Catarina confirmou que a água continuava imprópria, embora o nível de coliformes fecais
66 fosse mensurável (880), e a análise biológica caiu de excelente para bom, possivelmente
67 devido a intensas chuvas na região. A equipe levou os resultados aos voluntários, que se
68 conscientizaram do problema de saúde pública, já que o rio é usado para lazer. A coleta
69 realizada na Cachoeira da Fumaça (Rio Macabu), em Trajano de Moraes, mostrou que os
70 resultados físico-químicos e a análise ambiental visual eram ótimos, e a água bacteriológica
71 era própria. Contudo, a análise biológica foi classificada como "regular", que foi atribuído ao
72 fato de a coleta ter sido feita apenas dois dias após um grande temporal que impactou a calha
73 do rio e dispersou os insetos aquáticos. Resultados da Coleta Próximo à Captação de Água (Rio
74 Carucango): A análise próxima à captação de água no Rio Carucango foi considerada a melhor
75 de todas, com todos os parâmetros físico-químicos atendidos, análise biológica excelente e
76 bacteriológica própria, com zeros coliformes. Apesar de ser um rio de menor vazão e ter um
77 pasto próximo que pode ter afetado a pontuação da análise ambiental ("boa"), a qualidade
78 geral da água estava bem preservada. A equipe da Fiocruz concluiu que a coleção hídrica de
79 Conceição de Macabu está, em geral, bem preservada ecologicamente e biologicamente, com
80 uma exceção notável no Rio Santa Catarina, que apresentou problemas bacteriológicos. A

81 equipe agradeceu o apoio das Secretarias de Meio Ambiente de Macabu e Carapebus e
82 planeja criar um mapa de resultados mais amplo que incorpore todos os dados do comitê. Um
83 membro parabenizou o trabalho, mas sugeriu que uma complementação futura deveria incluir
84 a análise do Rio Macabu a jusante (pós-cidade) de Conceição de Macabu, pois o cenário
85 provavelmente seria diferente devido à ausência de tratamento de esgoto na área urbana.
86 Essa análise seria importante para pressionar o poder público a resolver a questão do esgoto.
87 A equipe da Fiocruz confirmou que tentaram fazer coletas a jusante, mas não conseguiram
88 encontrar pontos que se enquadrassem na metodologia, pois os rios eram muito profundos
89 ou a água estava parada. A metodologia exige que os pesquisadores consigam atravessar o rio
90 para realizar as análises biológicas e de vazão. Foi levantada a possibilidade de que mudar a
91 época do ano, para o período de seca (como agosto ou setembro), poderia permitir a coleta a
92 jusante no Rio Macabu. A equipe da Fiocruz confirmou que a intenção original era fazer coletas
93 em Macabuzinho, um distrito de Conceição, onde a água é negativamente impactada, mas
94 encontraram dificuldades de acesso com equipamentos e de locomoção para os voluntários.
95 Foi ressaltado que, embora não tenha sido possível fazer a análise com macroinvertebrados
96 em Macabuzinho, as análises físico-química e bacteriológica feitas na localidade indicaram
97 que a água estava imprópria, confirmando as suspeitas de impacto negativo após a passagem
98 pela comunidade. Foi destacado que esse trabalho serve para mostrar que a perda de
99 qualidade da água, que penaliza o setor agropecuário, se deve muitas vezes à falta de
100 tratamento de esgoto nas cidades. Um dos presentes parabenizou o trabalho da Fiocruz,
101 ressaltando a importância do processo participativo e da conexão com as prefeituras e a
102 comunidade. A equipe da Fiocruz destacou que os multiplicadores treinados estão aptos e
103 certificados para dar continuidade às análises e medições ao longo do ano, em diferentes
104 pontos e periodicidades, necessitando apenas do interesse dos municípios em manter as
105 atividades. O grupo confirmou o avanço para o segundo módulo em Bom Jesus do Itabapoana,
106 com mais aprendizado esperado para todos os participantes. A data e o local do próximo
107 encontro seriam divulgados em breve, e todos os interessados em fazer o curso da Fiocruz
108 foram convidados a participar. **Item 4 – Apresentação de resultados do Programa de**
109 **Educação Ambiental do CBH-BPSI:** Luiza Salles apresentou resultados do programa de
110 educação ambiental do CBH-BPSI, que culminou no desenvolvimento de cartilhas
111 participativas para as agendas escolares de 6 municípios, material que começa a ser
112 trabalhado nas escolas a partir desse ano de 2026. A diretora secretária apresentou os
113 resultados do programa de educação ambiental, explicou que foi criado de forma participativa
114 para preencher uma lacuna no comitê. O trabalho começou há três anos com encontros
115 técnicos para diagnóstico e prognóstico, focando inicialmente em seis municípios (Quissamã,
116 Conceição de Macabu, São Francisco de Itabapoana, Campos dos Goytacazes, Bom Jesus e
117 Carapebus). Falou que a escolha dos seis municípios se baseou no indicativo do plano de
118 bacias, que identificou a microbacia da Lagoa Feia como o segundo ponto de abastecimento
119 hídrico da região. A metodologia utilizada foi a de pesquisa-ação, com foco em envolver as
120 escolas próximas aos corpos hídricos para aumentar o reconhecimento e a percepção dos

121 recursos hídricos. Mostrou que foram coletados dados técnicos e realizadas atividades de
122 diagnóstico e prognóstico nos municípios em 2022 e 2023. As principais atividades
123 desenvolvidas incluíram reflorestamento, saúde ambiental, atividades pedagógicas
124 educativas, preservação dos oceanos e biodiversidade marinha, resíduo sólido e horta escolar.
125 Luiza falou que a implementação de hortas escolares foi repetidamente mencionada pelos
126 diretores de escola como crucial para a complementação da dieta de crianças em
127 vulnerabilidade social e para o aprendizado prático da construção, desde o solo até o ar. Que
128 os desafios para o desenvolvimento das atividades incluem a falta de investimento financeiro
129 e infraestrutura, a falta de engajamento da comunidade e a descontinuidade das atividades,
130 que necessitam de continuidade. Falou que disponibilidade de mão de obra técnica
131 especializada nas prefeituras, como professores, também é um desafio. O professor foi
132 descrito como um "guerreiro" por desenvolver atividades de educação ambiental sem
133 remuneração adicional, hora extra ou reconhecimento. Foi sugerida a necessidade de
134 valorizar esses professores por meio da titularização e da concessão de equipamentos (como
135 computadores ou tablets) para que sintam o desejo de continuar a colaborar. Lembrou que o
136 primeiro encontro de educação ambiental em março de 2024 na reserva Caruara marcou o
137 encerramento da primeira etapa de campo, apresentando resultados de diagnóstico e
138 prognóstico, e incluiu uma premiação e oficinas com a participação da ONU. O segundo
139 encontro, em novembro, já incluiu discussões sobre o Plano Programa de Educação Ambiental
140 (PPEA/CEIVAP) e traçou novas perspectivas para 2025, buscando alinhar as ações do Comitê
141 com os eixos propostos pelo PPEA. Informou que o comitê desenvolveu cartilhas para o
142 primeiro e segundo segmentos, que foram 100% participativas e elaboradas com a
143 colaboração de professores e mestres, como Marina Suzuki. Que essas cartilhas incorporam
144 componentes culturais do território para que as crianças se identifiquem, o que foi
145 considerado muito importante. Explicou que essas cartilhas já foram incluídas nas agendas
146 escolares de seis municípios para serem trabalhadas durante o ano de 2026, com resultados
147 a serem apresentados no final. O terceiro encontro, em maio de 2025, marcou o início da
148 construção efetiva do plano de educação ambiental, que só poderia ser feito após as etapas
149 participativas de diagnóstico e prognóstico. O governo do estado, através da Secretaria
150 Estadual do Ambiente e Sustentabilidade (SEAS) já se juntou ao projeto, e o aprendizado
151 principal é a necessidade de construir um plano junto, seguindo o PPEA para ter o seguimento
152 das metas maiores. Disse que em 2027, o objetivo é replicar o trabalho das cartilhas em mais
153 seis municípios, focando na região noroeste. Por fim explicou que a Rede Jovem do comitê de
154 bacias foi lançada em parceria com o Rotary, e que será feito um trabalho de influência sobre
155 outros comitês para que também se unam aos Rotaries locais, integrando uma rede maior. O
156 próximo encontro com a Rede Jovem está agendado para a semana após a Semana Santa (dias
157 7 e 8) para iniciar uma ação prática na Área de Proteção Ambiental do Rio Ururá, focando em
158 plantio e recuperação. **Item 5 – Programa Saneamento Rural nos municípios da RH IX:**
159 Ednaldo Oliveira iniciou lembrando que o orçamento dos comitês costumava ser 70%
160 destinado ao saneamento urbano, mas com a privatização e a complexidade do saneamento

161 urbano, o Comitê de Bacias decidiu criar o programa “Sanear”, focado no saneamento rural.
162 Falou que o saneamento rural permite que o comitê intervenha com efetividade em pequenas
163 localidades, podendo alcançar 100% daquela área, o que é um "oceano novo" para o comitê,
164 e que o programa Sanear foi criado a partir da experiência do Comitê de Guandu. Explicou que
165 o GT de Saneamento Rural do CBH-BPSI, coordenado por Jhones Lima (Associação Raízes),
166 aprovou a resolução que estabelece os limites do programa. A priorização de áreas para
167 investimento foi determinada através de uma hierarquização usando 11 critérios nas 12 sub-
168 bacias. A bacia do Rio Muriaé foi diagnosticada como prioritária, com pontuação de 72.
169 Atualmente, a fase é de elaboração do termo de referência e contratação de uma empresa
170 para a licitação dos projetos. Falou que o Sanear visa atender comunidades na área rural,
171 priorizando unidades isoladas com soluções individuais, pois soluções coletivas esbarram em
172 problemas de licenciamento e exigem muito investimento. Mostrou que o programa investirá
173 na instalação de soluções individuais, como biodigestores e bacias de evapotranspiração,
174 dentro da propriedade, ao invés de apenas distribuir equipamentos. Comentou que a
175 experiência anterior com a implementação de fossas-sépticas demonstrou que a manutenção
176 e o convencimento dos agricultores são cruciais para o sucesso a longo prazo dos sistemas e
177 que, para enfrentar o desafio da manutenção, o Sanear incluirá um trabalho de assistência
178 social e um acordo de cooperação técnica com a prefeitura para que esta se responsabilize
179 pelo acompanhamento e manutenção, como o serviço de caminhão. Citou uma experiência
180 anterior com o programa que utiliza Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), hoje
181 Mananciais, demonstrou a resistência dos produtores rurais na fase de execução, mesmo após
182 a sensibilização. **Item 6 – Programa mananciais na RH IX:** Marina Assis (Agevap) informou que
183 o Ciclo 1 do programa Mananciais está sendo concluído após o cancelamento do contrato com
184 a empresa W2, que foi ineficiente. A licitação para a nova empresa de complementação de
185 obras está em andamento, com previsão de retomada das obras na Microbacia do Rio Preto
186 em abril. Explicou que o Ciclo 2 também será iniciado em 2026 de forma concomitante, e a
187 mesma empresa de gerenciamento do Ciclo 1 será a nova secretaria do programa. Falou que
188 houve melhorias na metodologia de seleção de microbacias para o Ciclo 2, utilizando dados
189 de estudos do CEIVAP e do PGR. A seleção das microbacias e a discussão sobre a metodologia
190 será apresentada aos afluentes no primeiro semestre, seguida pelas fases de diagnóstico e
191 projeto (PRISMA) nas novas áreas alvo. **Item 7 – Ações de mitigação de cheias no norte e**
192 **noroeste fluminense (Sistema de Intervenções estruturais para mitigação dos efeitos de**
193 **cheias nas bacias do rio Pomba e Muriaé – SIEMEC/ANA):** João Gomes solicitou informações
194 sobre a contratação do estudo sobre o sistema de barragens, que visa aprimorar o estudo
195 SIEMEC, da ANA, para regularização de vazão e amortecimento de cheias. Raissa Guedes
196 confirmou que o contrato foi assinado em 19 de fevereiro e a empresa está na fase de
197 elaboração do plano de trabalho e mobilização, bem como na reunião de informações de base
198 de dados para a análise do SIEMEC. Explicou que o escopo e foco do estudo SIEMEC consiste
199 em um sistema de intervenções hidráulicas, composto por barragens e canalizações na bacia
200 do Pomba e Muriaé, foi proposto pela ANA em 2010-2011. O novo estudo visa atualizar os



201 estudos técnicos e priorizar intervenções (foco nas barragens) que tragam o melhor benefício
202 para eventos críticos de cheia e seca. O estudo resultará na elaboração de termos de
203 referência para a contratação do projeto básico das intervenções, contendo tudo o que
204 precisa ser atualizado. **Item 8 – Encerramento:** Reunião encerrada pelo Diretor Zenilson
205 Coutinho às 16h34. A presente ATA foi lavrada pelo Especialista Administrativo Amaro Neto
206 (Agevap) e depois de aprovada será assinada pelo Diretor Presidente e pelo Diretor Secretário
207 do Comitê de Bacia Hidrográfica do Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana.